

Fábio Rodrigues Pozebon/ABR



Henrique Meirelles explica política monetária na Comissão de Orçamento

Meirelles: país pode "sair da crise crescendo"

O presidente do Banco Central fez uma avaliação otimista das perspectivas da economia. "Temos espaço para sair dessa crise crescendo", afirmou na Comissão de Orçamento. Previsão coincide com a do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, ouvido por cinco comissões. Para ele, país pode descolar da crise em 2010. **3**

PEC dos Vereadores pode ser votada logo

Presidente do Senado diz que exame da proposta depende da liberação da pauta. **4**

Maior controle das escutas telefônicas

Na avaliação de indicados para o CNJ, há abusos nas autorizações para interceptação. **5**

Contra pirataria, advogado sugere imunidade tributária para DVD

Proposta, que seria estendida aos CDs, foi apresentada ontem em debate na Comissão de Educação sobre tributação e comércio de produtos falsificados. **6**

Acordo garante votações. Fundo Soberano em risco

Entendimento entre oposição e governo permite aprovação de MPs sobre salário mínimo, merenda escolar e capitalização do BNDES

O Plenário acolheu ontem à noite o projeto que autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 100 bilhões ao BNDES. A medida provisória que aumentou o valor do salário mínimo para R\$ 465 em fevereiro passado teve aprovação tranquila, assim como a

proposta que obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos gêneros da merenda escolar, que será estendida aos alunos do ensino médio. Já o projeto que trata do Fundo Soberano perderá validade na segunda-feira se não for aprovado. **3**

CPI da Petrobras começa a funcionar terça-feira

O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, José Sarney, após a indicação dos 11 membros titulares e sete suplentes pelas lideranças. Alvaro Dias propôs que a

oposição lance candidato à presidência da CPI, "para esclarecer o país, ainda que a derrota seja certa, uma vez que o governo tem a maioria das vagas". **4**



Waldemir Boreto

Virgílio (E), Antonio Carlos Júnior, Agripino, Ideli e Jucá: falta entendimento sobre número de integrantes da oposição na CPI

José Luiz



O movimento Sem Universidade (MSU) e o Comitê Brasileiro pela Aprovação do PLC 180/08 simularam batida policial em frente à sala da Comissão de Justiça. Eles defendem o projeto que cria em universidades cotas raciais e para alunos de escolas públicas.

Parlamentar compara Brasil e Bolívia para apontar que os brasileiros conseguiram efetuar mudanças profundas com consolidação da democracia. "Em nosso país isso não vem acontecendo", afirma

Presidente do Senado boliviano elogia democracia brasileira

O PRESIDENTE DO Senado da Bolívia, Oscar Ortiz, falou ontem da tentação autoritária que estaria ocorrendo em seu país e elogiou o exemplo brasileiro de transição democrática com progresso social. Ele foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, que destacou o papel de equilíbrio desempenhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na consolidação democrática brasileira.

– Aqui, os avanços sociais corresponderam também a avanços na consolidação da democracia. O caminho do desenvolvimento passa pela democracia. Os outros caminhos são acidentes que não têm a força da democracia. É sempre uma preocupação quando os países diminuem o caminho que garante a democracia, sobretudo para os parlamentos. Sem parlamento forte não há democracia forte. E sem democracia forte, o desenvolvimento não caminha bem – afirmou Sarney.

Oscar Ortiz considerou importante trazer ao Legislativo brasileiro um relato sobre os perigos enfrentados pela democracia em seu país. Na sua avaliação, há muitas mudanças a serem feitas na Bolívia e a questão é como executá-las.

– O desafio é como fazer essa mudança e nos tornarmos plenamente democráticos, sem cair em tentação autoritária, em impulso totalitário. A esperança de que a eleição de Evo



Oscar Ortiz fala a Sarney que seu país está perdendo muitas oportunidades de avanço

Morales impulsionasse maior avanço e progresso social, lamentavelmente, está perdendo muitas oportunidades. Porque em vez de seguir um exemplo tão bom como o do Brasil, que tão bem conduziu seu processo de mudanças, sendo um marco de respeito às instituições democráticas, em nosso país isso não está acontecendo – declarou Ortiz.

O senador boliviano também disse que o propósito de sua visita ao Brasil e a Sarney é chamar a atenção para a necessidade de uma nação tão importante como o Brasil ter uma noção integral do que se passa no governo

de Evo Morales.

– Na Bolívia, as coisas não podem seguir como estão seguindo. Falta muito para diminuir a pobreza e garantir oportunidades a todos. Seguir o modelo do socialismo não está ajudando a unir o país.

Diante do cenário desenhado por Ortiz, Sarney perguntou-lhe se há riscos de retrocesso na Bolívia.

– Isso é o que sentimos – respondeu ele.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e José Nery (PSOL-PA) receberam o senador boliviano junto com Sarney.

Sarney participa de homenagem a ministro do TCU

Em homenagem ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Vilaça – que recebeu ontem a Medalha de Ouro do Serviço Público em virtude de seus 50 anos ininterruptos de trabalho –, o presidente do Senado, José Sarney, elogiou a trajetória de vida de Vilaça como servidor público, professor universitário, escritor, acadêmico e ministro do TCU.

A cerimônia também contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente da Câmara, Michel Temer, e dos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Sarney afirmou que o livro mais conhecido do ministro, *Coronel, coronéis*, escrito em parceria com Roberto Cavalcanti de Albuquerque, é um documento vivo e indispensável para

a compreensão de parte da história brasileira. A obra analisa o processo de ruptura da sociedade agropastoril sertaneja a partir de fins dos anos 50 e, consequentemente, as transformações sofridas no contexto do coronelismo.

Marcos Vilaça se aposentará do TCU em junho, quando completará 70 anos de idade. O substituto será indicado pelo presidente Lula. Será o primeiro ministro do TCU que ele indicará desde sua primeira posse, em 2003.

Trajatória

Vilaça nasceu em Pernambuco, em 1939. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Desde 1988 é ministro do TCU. Em 1985, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e é ainda membro da Academia Pernambucana de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa. Ele também dirigiu a Caixa Econômica Federal, foi presidente da

Marcos Vilaça recebeu ontem medalha por seus 50 anos ininterruptos no serviço público

Mercadante é vice-presidente de delegação no Parlasul

Aloizio Mercadante (PT-SP) foi eleito vice-presidente da Delegação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Em reunião na Câmara dos Deputados, também foram eleitos ontem o presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Paulo Toffano (PV-SP), e os dois vice-presidentes, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o deputado Germano Bonow (DEM-RS).

O cargo de presidente da Representação era antes ocupado pelo próprio Mercadante. Ainda não foi agendada a próxima reunião da Representação.



Delegação Brasileira elege Mercadante vice-presidente

Heráclito nomeia Virgílio relator da CPI da ONGs

Arthur Virgílio (PSDB-AM) é o novo relator da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (CPI das ONGs). O senador substituiu Inácio Arruda (PCdoB-CE) na relatoria. Segundo a assessoria do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), Arruda deixou de ser membro titular da CPI, passando a ser suplente, e nessa condição não poderia mais ser o relator.

O prazo de funcionamento da comissão foi prorrogado por mais 180 dias, a contar de 2 de julho. A CPI das ONGs foi instalada em outubro de 2007.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta continua trancada

A sessão plenária do Senado, às 14h, é deliberativa. A ordem do dia continua trancada por dois projetos de lei de conversão (PLVs 9 e 10) elaborados a partir de medidas provisórias.

Sarney reúne Mesa Diretora às 10h

O presidente do Senado, José Sarney, reúne a Mesa Diretora às 10h. Às 15h, ele recebe, no Salão Nobre, o presidente do Uzbequistão, Islam Karimov. Às 16h, preside as votações da ordem do dia.

Código de Processo Penal

A Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal se reúne às 8h30 para analisar o projeto de lei elaborado pela comissão de juristas que estudaram as propostas de reforma dessa legislação. Na reunião será apresentado o plano de trabalho do colegiado.

Rios Araguaia e Tocantins

Audiência pública, às 9h, na Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional (CDR) discute o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Participam da audiência representantes do Ministério do Meio Ambiente e da ANA.

Comissões ouvem Guido Mantega

Às 10h, audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Infraestrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade para ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele falará sobre a desvalorização da moeda brasileira, a crise econômica, os efeitos da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios e as mudanças no rendimento da caderneta de poupança.

Ingresso com celular em presídio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, a partir das 10h, entre os 28 itens em pauta, projeto que torna crime o ingresso de telefones celulares e outros aparelhos de comunicação, sem autorização, em estabelecimento prisional. Outra proposta isenta de pagamento de inscrição em concursos públicos os desempregados e os trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos.

Indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne às 10h para analisar a indicação de Luiz Gilberto Seixas de Andrade para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Guiana e de João Solano Carneiro da Cunha para o mesmo cargo na República Dominicana.

Henrique Meirelles diz que país pode crescer a taxas elevadas já no ano que vem

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou que espera um "crescimento robusto" da economia brasileira, depois de amainada a crise mundial.

– Nós temos espaço para sair crescendo, ao contrário de muitas crises anteriores de onde saímos tão enfraquecidos que, ao primeiro sinal de crescimento, revelavam-se desequilíbrios macroeconômicos hoje inexistentes – disse.

Para justificar seu otimismo, Meirelles destacou os fatos de o país contar com reservas em moeda estrangeira maiores do que no início da crise; da contínua tendência de queda da dívida pública em relação ao produto interno bruto (PIB) e da taxa de inflação; bem como a retomada de investimentos no setor industrial, indicativos de que o país poderá crescer a taxas mais elevadas do que a média histórica, já a partir do ano que vem.

Comentando sugestão de Eduardo Suplicy (PT-SP) de usar a taxa de juros não apenas para controlar a inflação, mas, sobretudo, para fomento da economia e redução do desemprego, Meirelles observou que perseguir objetivos diversos tem dado resultados negativos.

Sobre os comentários de uma possível falta de ação do BC para conter a desvalorização do real frente ao dólar, Meirelles observou que em países que dependem fortemente da exportação de *commodities*, como é o caso do Brasil e da Austrália, as políticas de controle cambial não têm funcionado. Meirelles afastou também preocupações de deputados relativas a um possível aumento da entrada de capitais especulativos na economia em função das altas taxas de juros internas. Segundo ele, a grande e recente entrada de capitais se deve principalmente à contratação de financiamentos externos e à retomada de investimentos pelas empresas.

Para Coutinho, país sai da crise antes dos desenvolvidos

A crise econômica continuará sendo severa para as economias desenvolvidas pelo menos até 2010, mas o Brasil reúne condições para se descolar desse quadro. A avaliação é do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, que falou em audiência conjunta de comissões técnicas do Senado.

– O Brasil precisa sustentar a robustez macroeconômica e ampliar sua capacidade de poupar e investir – afirmou.

Ao justificar sua confiança na recuperação da economia do país, Coutinho observou que, apesar da crise, entre outros pontos positivos, estão a manutenção dos investimentos em infraestrutura, a queda do endividamento familiar, o crescimento da massa salarial e da demanda doméstica, e a expansão do crédito bancário.



Luciano Coutinho, entre Valter Pereira (à esq.) e Dornelles: otimista

Presidente: BNDES estava correto

Questionado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), em audiência pública nas comissões técnicas do Senado ligadas à área econômica, Luciano Coutinho defendeu as operações de crédito feitas pelo BNDES a partir de outubro de 2008 para socorrer empresas que se financiavam obtendo dinheiro no exterior e foram afetadas pela redução da oferta de crédito em razão da crise financeira mundial.

– A condição foi a de que essas empresas refinanciavam-se junto aos bancos privados esses prejuízos. Apenas depois o BNDES participou das operações de mercado para reforço de capital. Não faria sentido abandonar empresas de alta qualidade naquelas circunstâncias – defendeu o presidente do BNDES, acrescentando que o mesmo se aplica às empresas que acumulavam prejuízos com operações especulativas com o dólar.

Coutinho garantiu ainda que as taxas aplicadas foram iguais às de mercado. Assim, a expectativa dele é de que as operações realizadas se revertam em lucro para o BNDES.

Medida que aumenta capacidade de banco financiar projetos a longo prazo segue para sanção presidencial, acatado em Plenário inclusive pela oposição, apesar de ter recebido críticas

Senado aprova ampliação de limites operacionais do BNDES

MEDIDA QUE AUTORIZA a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovada ontem em Plenário. O objetivo do Projeto de Lei de Conversão 6/09 – resultante da Medida Provisória 453/09 – é aumentar a capacidade do banco de financiar projetos a longo prazo. Segundo o Executivo, a demanda por financiamento do BNDES cresceu 173% de 2003 a 2008.

A União poderá emprestar até R\$ 100 bilhões ao banco, em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo ministro da Fazenda. A operação poderá ser feita com a emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal diretamente em favor do banco ou ainda com uso do dinheiro do superávit financeiro do Tesouro Nacional obtido em 2008.

Na Câmara, o texto foi relatado pelo deputado Pedro Eugênio (PT-PE), que fez poucas mudanças na MP original. Uma delas estabelece que o BNDES levará em consideração, nos empréstimos realizados, o potencial de geração e manutenção do emprego, respeitados os elementos de natureza econômica e financeira necessários à viabilidade dos projetos financiados. Outra



Plenário aprova PLV, criticado por não atender as micro e pequenas empresas

mudança veda a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES a empresas cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente. Em contrapartida ao crédito concedido nos termos do PLV 6/09, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministério da Fazenda, créditos detidos contra a BNDESPAR – BNDES Participações S.A.

No Senado, o relator foi Fernando Collor (PTB-AL). Durante a discussão, José Agripino (DEM-RN) disse

que seu partido votaria a favor da proposição, "mas fazendo uma ressalva clara" ao projeto, por não destinar recursos às micro, pequenas e médias empresas. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) também adiantou que não votaria contra a proposta, mas advertiu que ela favorece a formação de mais um "buraco fiscal".

Garibaldi Alves (PMDB-RN), João Pedro (PT-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio à medida, que será encaminhada à sanção presidencial.

Novo mínimo vai a promulgação

O Plenário acolheu a Medida Provisória 456/09, que elevou o salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro de 2009. Já aprovada na Câmara, a matéria vai a promulgação. O novo valor decorre de reajuste pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de março de 2008 a janeiro de 2009, de 6,40%, e de percentual a título de aumento real, correspondente ao crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2007, equivalente a 5,65%, conforme a exposição de motivos da MP.

Segundo o governo, o reajuste beneficia cerca de 25 milhões de trabalhadores informais e formais (com carteira assinada) que recebem mensalmente o salário mínimo, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2007. Somam-se ainda a esse contingente cerca de 17,8 milhões de pessoas que recebem o equivalente a um salário mínimo como benefício previdenciário ou assistencial, pago pela Previdência Social. De forma direta, portanto, mais de 42 milhões de pessoas tiveram sua renda majorada com a elevação do salário mínimo, informaram os ministros.

A aprovação foi tranquila e, de um modo geral, os parlamentares, como Aloizio Mercadante (PT-SP) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), mostraram-se satisfeitos com a recuperação gradual do poder de compra do mínimo. O líder do DEM, José Agripino (RN), observou que a matéria estava sendo votada por requerimento apresentado pela oposição, e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), garantiu o voto favorável de sua bancada.

Produção familiar na merenda escolar

Proposta que obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar foi aprovada pelo Plenário e vai agora à sanção presidencial. O Projeto de Lei de Conversão 8/09, oriundo da Medida Provisória 455/09, também estende o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos alunos dos ensinos médio e profissionalizante.

A relatora-revisora, Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou que serão R\$ 2 bilhões para a alimentação escolar. Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que a obrigatoriedade da compra beneficiará 69 mil famílias de pequenos produtores. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a medida "pode representar um estímulo ao desenvolvimento econômico local". A proposta também foi elogiada por João Pedro (PT-AM) e Flávio Arns (PT-PR).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), enfatizou que a MP institucionaliza o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil tem de investir mais na pré-escola do que na exploração de petróleo. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que as prefeituras gastem em transporte escolar até 20 vezes mais do que os recursos que recebem.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que nada é mais importante que investir em educação. Marcelo Crivella (PRB-RJ) comemorou a destinação de mais de R\$ 600 milhões à agricultura familiar, aspecto também saudado por Renato Casagrande (PSB-ES). Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que tudo que foi feito pela educação ainda é pouco.

Votação do Fundo Soberano é adiada

Por falta de quórum, ficou sobrestada a votação da proposição que modifica a lei sobre a criação do Fundo Soberano do Brasil. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), vai ser buscado hoje um entendimento com a oposição para que a proposta (PLV 5/09, proveniente da Medida Provisória 452/08) seja votada de forma simbólica.

Caso a votação não ocorra, a MP perderá a validade na segunda-feira. Se isso acontecer, explicou o senador, o Executivo buscará alternativas legais para autorizar novamente o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a executar obras nas rodovias federais transferidas aos estados e permitir que a União financie o Fundo Soberano com recursos não previstos em seu Orçamento anual.

A alteração nas regras de licenciamento ambiental em rodovias federais não constava na MP original, e foi incluída quando a matéria tramitou na Câmara. O tema gerou muito debate em Plenário e, apesar de já ter apresentado seu parecer na semana passada, o relator da MP no Senado, Eliseu Resende (DEM-MG), negociou durante os últimos dias com ministérios e com a Casa Civil algumas mudanças na emenda que tratou do licenciamento ambiental para obras nas estradas já existentes e inseridas em faixa de domínio.

Marina Silva (PT-AC), mesmo reconhecendo o esforço do relator, confessou sentir-se impossibilitada de aprovar o texto apresentado. Por isso, anunciou seu voto pela abstenção, que foi acompanhado pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES) e Fátima Cleide (PT-RO).

Anúncio foi feito pelo presidente José Sarney. Líderes concluíram as indicações dos 11 integrantes da comissão, dos quais três são da oposição

CPI da Petrobras será instalada na terça-feira

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem no Plenário que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras será instalada na próxima terça-feira às 14h. Quem presidirá a reunião de instalação será o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), o mais idoso entre os indicados para compor a CPI. Na ocasião, deverão ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado. O relator será indicado pelo presidente.

Desde a noite de terça-feira até a manhã de ontem, os líderes partidários oficializaram junto à Secretaria-Geral da Mesa as indicações dos 11 titulares e sete suplentes da CPI, cujos nomes foram lidos por Sarney em Plenário.

Recurso do PSDB

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), recorreu à Mesa contra o critério de proporcionalidade partidária adotado na indicação dos integrantes da CPI. O partido entende que cabem à oposição quatro em vez de três vagas. Sarney baseou-se em parecer jurídico da Secretaria-Geral da Mesa para reservar as três vagas ao bloco formado por PSDB e DEM. O presidente deu à secretaria prazo de dois dias para formular uma resposta.

Decidiu ainda encaminhar a argumentação do PSDB à comissão temporária de senadores que examina mudanças no Regimento Interno.

No recurso, a liderança do PSDB afirma não ter sentido o regimento aceitar a proporcionalidade partidária que saiu das eleições para preencher vagas nas comissões permanentes e adotar a proporcionalidade atual, após mudanças de partido por parte de senadores, para distribuição de vagas em comissões temporárias, como é o caso de CPIs.

Arthur Virgílio ponderou que o critério da proporcionalidade única, a da época da diplomação dos eleitos, está inclusive de acordo com recentes decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal sobre fidelidade partidária, pelas quais o mandato pertence ao partido.

– A meu ver, a decisão tem de ser esca-recida pelo lado da ética, e não pelo lado do arcaico, do fisiológico, pelo lado do privilégio aos transfugas [desertores], que trocam mais de partido do que de camisa – disse. Virgílio informou ainda que não enviou o assunto ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para evitar atrasos na instalação da CPI.

CPI da Petrobras	titulares	suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	Ideli Salvatti (PT-SC) Marcelo Crivella (PRB-RJ) João Pedro (PT-AM)	Inácio Arruda (PCdoB-CE) Delcídio Amaral (PT-MS)
Maioria (PMDB e PP)	Paulo Duque (PMDB-RJ) Leomar Quintanilha (PMDB-TO) Romero Jucá (PMDB-RR)	Valdir Raupp (PMDB-RO) Almeida Lima (PMDB-SE)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	Sérgio Guerra (PSDB-PE) Alvaro Dias (PSDB-PR) Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	Heráclito Fortes (DEM-PI) Tasso Jereissati (PSDB-CE)
PTB	Fernando Collor (AL)	Gim Argello (DF)
PDT	Jefferson Praia (AM)	—
TOTAL	11	7

Para Alvaro Dias, oposição deve apresentar candidato à presidência



Alvaro anuncia que PSDB encaminhará denúncias investigadas pela CPI ao Ministério Público

Alvaro Dias (PSDB-PR) é favorável a uma candidatura oposicionista à presidência da CPI da Petrobras, ainda que a derrota seja certa, uma vez que o governo tem oito das 11 vagas da comissão.

– Sabemos que o governo tem uma maioria acachapante, mas sou favorável a uma anticandidatura. Seria uma forma de esclarecer o país – assinalou.

A oposição tenta acordo com o governo para conseguir a presidência da comissão. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), afirmou que “criar a CPI é um direito constitucional da minoria, mas decidir quem vai ser o presidente é um direito da maioria”. Já o líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que

a oposição obstruirá as votações como forma de pressão para tentar conseguir a presidência da comissão.

Mesmo que a presidência fique com o governo, Alvaro Dias disse que todas as denúncias que chegarem à CPI serão examinadas, sempre com a proposta de defender a Petrobras.

– Queremos trabalhar com seriedade para produzir resultados que satisfaçam a sociedade – declarou.

O senador tucano contou ainda que o PSDB decidiu encaminhar ao Ministério Público as denúncias investigadas pela CPI que apresentarem fortes indícios de irregularidades, independentemente das conclusões a que chegar o relatório final da comissão.

Alvaro acredita que, assim, mesmo em minoria, a oposição conseguirá gerar consequências jurídicas para as investigações.

– Assim manteremos a CPI viva. Se não fizermos, isso ela morre – disse.

Entre as denúncias que deverão ser investigadas, lembrou Alvaro Dias, está a venda de 100% da Petroquímica Triunfo por R\$ 250 milhões em ações, em detrimento de proposta de R\$ 350 milhões, em dinheiro, por 80% da companhia.



Candidatos a vereador acompanham da galeria esforço de senadores para votar projeto

Votação da PEC dos Vereadores depende apenas de liberação da pauta, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, acompanhado por dezenas de candidatos a vereador em 2008, que lotaram a galeria do Plenário, informou que a emenda constitucional (PEC 47/08) que modifica os limites máximos de gastos dos municípios com as câmaras de vereadores deverá ser votada assim que a pauta ficar livre.

Propostas de emenda constitucional exigem discussão por cinco sessões antes de sua votação, em primeiro turno. Há ainda necessidade de um segundo turno, precedido de três sessões de discussão. Depois, a matéria ainda iria à tramitação

na Câmara dos Deputados, também em dois turnos.

Durante a sessão, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) conclamou os líderes partidários a realizarem um acordo para que a PEC dos Vereadores seja apreciada com mais rapidez pelo Plenário do Senado.

A PEC modifica o artigo 29-A da Constituição, reduzindo de um a três pontos percentuais os gastos máximos com as câmaras de vereadores, tomando por base as receitas municipais. Além do mais, a proposta define novas faixas populacionais para efetuar os repasses legais.

Emendas devem ser analisadas pela CCJ

Na presidência da sessão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) esclareceu ontem que a PEC Paralela dos Vereadores, que já recebeu emendas em Plenário, deverá voltar a ser apreciada na Comissão de Justiça (CCJ) por determinação regimental. Para Valadares, há possibilidade de as emendas serem analisadas pela CCJ até a próxima quarta-feira.

De acordo com o senador, após a aprovação em definitivo pela comissão, os líderes deverão solicitar ao Plenário a quebra dos interstícios regimentais, para que a matéria seja votada com rapidez, seguindo depois para a Câmara dos Deputados.

A PEC, conforme explicou o senador, reduz as despesas nas câmaras municipais, economia que pode chegar a R\$ 1,8 bilhão. O parlamentar elogiou a iniciativa do autor da PEC, senador César Borges (PR-BA), que alterou a proposta aprovada pelos deputados.

César Borges lamenta demora em decisão

Cesar Borges (PR-BA) integrou o grupo de parlamentares que cobrou a votação imediata em Plenário da PEC dos Vereadores em tramitação na Casa. Também chamada de PEC Paralela dos Vereadores, a proposta, de autoria do senador, já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será novamente examinada pelo colegiado. Em apelo dirigido a Mão Santa (PMDB-PI), que presidia os trabalhos, César Borges disse que se sente estrangulado com a demora na votação da matéria, tendo em vista que a proposta já foi exaustivamente debatida entre os senadores.

– O que estamos fazendo aqui é quase uma perversidade com pessoas simples e humildes que estão aqui toda semana pedindo a deliberação da Casa – disse o senador.

César Borges criticou o fato de a Câmara ter transferido ao Senado a decisão final sobre o assunto.

CPI da Pedofilia debate projeto que regulamenta o depoimento sem dano



Tatiana Hartz, Magno Malta e Daltoé Cezar em audiência sobre prática adotada em Porto Alegre

O juiz do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que instituiu a figura do depoimento sem dano (DSD) em Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar, defendeu a rápida aprovação no Senado

do projeto que regulamenta essa prática para a produção antecipada de provas em casos de menores vítimas de abuso sexual. A proposta (PLC 35/07) aguarda análise da CCJ.

Daltoé Cezar participou ontem de audiência da CPI da Pedofilia, quando relatou suas experiências com a implantação do DSD, em 2003. Desde então, informou, há punição em 59% dos casos de abuso sexual no Rio Grande do Sul, média seis vezes superior ao restante do Brasil.

O juiz observou que a videoconferência livra crianças e adolescentes de depor no mesmo ambiente do abusador, evitando um processo maior de vitimização. A psicóloga Tatiana Hartz, da Associação Brasileira de Psicoterapia Cognitiva (ABPC), considerou o DSD importante, mas lançou ressalvas, especialmente à possibilidade de operadores do Direito conduzirem o relato da vítima, algo que deveria ser restrito a psicólogos, em sua opinião.



Flexa Ribeiro preside reunião da CCT que aprovou várias audiências

Projeto sobre a clonagem de animais terá audiência pública

A proposta que regulamenta a clonagem de animais será discutida em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), conforme requerimento aprovado ontem. O debate foi sugerido pelo relator do texto, Gilberto Goellner (DEM-MT), e busca embasar a votação da matéria.

De autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o projeto (PLS 73/07) regulamenta atividades de pesquisa, produção, importação e comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves.

A matéria será debatida pela CCT em audiência conjunta com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Internet

Também foi aprovada a realização de audiência pública para discutir o tema “O Futuro da Internet – oportunidades e desafios para o Brasil”. De autoria dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e João Ribeiro

(PR-TO), o requerimento sugere o nome de três especialistas no assunto: o diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko; o engenheiro e cientista da computação Silvio Meira; e o vice-diretor do Google, Vint Cerf. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também será convidado para o evento.

Navios

Outra audiência aprovada discutirá as condições operacionais para a construção de motores de navios de grande porte no Brasil. Ao justificar a iniciativa, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) explicou que a Transpetro importa motores para os navios que fabrica, mas a empresa brasileira Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) teria tecnologia e condições para confeccionar os mesmos equipamentos.

Radiodifusão

A Comissão também avaliou e acolheu 29 projetos de decreto legislativo (PDL) para a concessão de exploração de serviço de radiodifusão em diversas cidades brasileiras.



Deputado Wellington Roberto (E) e senador Almeida Lima, presidente da CMO

Comissão de Orçamento examina hoje relatório preliminar à LDO

A Comissão de Orçamento (CMO) vota hoje o relatório preliminar apresentado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 (PL 7/09-CN), de autoria do deputado Wellington Roberto (PR-PB). Das 22 emendas à proposta, três foram acatadas na totalidade e uma parcialmente. Consta ainda da pauta requerimento para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa da Câmara para debater o projeto da LDO 2010. A reunião contará com a presença de Wellington Roberto e de representantes do Fórum Brasil do Orçamento, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea/Articulação de Mulheres Brasileiras) e do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A comissão votará também seis projetos que autorizam a abertura de créditos especiais e suplementares. O maior deles, no total de R\$ 6 bilhões, é destinado ao Ministério das Cidades e a pagamento de encargos financeiros da União. Para o Ministério das Relações Exteriores, está previsto crédito de R\$ 25 milhões; e para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), R\$ 43,5 milhões. O Ministério da Ciência e Tecnologia deverá ser beneficiado com R\$ 191 milhões; e para a Presidência da República e os ministérios dos Transportes e das Cidades, há previsão de crédito de R\$ 638 milhões.

Os 13 nomes sugeridos para integrar o Conselho Nacional de Justiça foram aprovados ontem pela CCJ. As indicações seguem agora para exame do Plenário

Debate sobre exagero em escutas marca sabatina

A CONDENAÇÃO A exageros e desvios na autorização judicial de escutas telefônicas deu o tom da sabatina de 13 indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2009-2011, realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As indicações foram aprovadas pela CCJ e seguem para o Plenário.

Para o ministro Ives Gandra Martins Filho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o juiz deve julgar pedido de interceptação telefônica amparado por jurisprudência. O juiz federal Walter Nunes Júnior, encaminhado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), chamou atenção para a Resolução 59 do CNJ, que passou a exigir de todos

os juízes informações sobre o número de escutas telefônicas autorizadas e prorrogadas. Essa resolução foi considerada pelo procurador regional da República José Adonis Callou de Araújo Sá, indicado pelo Ministério Público Federal, como um “balizamento seguro” para a quebra judicial do sigilo.

Na avaliação dos advogados Jefferson Luis Kravchychyn e Jorge Hélio Chaves de Oliveira, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, a autorização para escuta telefônica deve levar em conta que o interesse social esteja acima do individual. O desembargador Leomar Barros Amorim de Sousa e o juiz Nelson Tomaz Braga, indicados, respec-

tivamente, pelo STJ e pelo TST, disseram que o uso de escuta telefônica como prova só é admissível quando não se dispuser de outro meio de investigação.

O desembargador Milton Augusto Nobre, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respondeu a questionamento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre decisão da Suprema Corte de dispensar o Senado de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo tribunal. Enquanto a Constituição delegar essa competência ao Senado, Milton Nobre acredita que não cabe ao STF retirar a prerrogativa. A opinião foi compartilhada pelo professor André Tavares, indicado pela liderança do PDT.



Demostenes Torres (E) preside sabatina que discutiu, entre outros temas, a condenação por desvios em quebra de sigilo

Senadores estudam regulamentação constitucional

Grupo de trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai analisar os 142 dispositivos constitucionais que até hoje, 20 anos depois da promulgação da Constituição, ainda não foram regulamentados. A primeira reunião será realizada hoje

Coordenada por Renato Casagrande (PSB-ES), a equipe é composta por mais cinco senadores: Francisco Dornelles (PP-RJ), Valter Pereira (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Nessa reunião, os senadores vão definir a pauta de trabalho e

agendar os próximos encontros. O grupo foi formado a partir de sugestão de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Segundo levantamento da Câmara – que criou uma comissão com 13 deputados para tratar do assunto –, do total de 351 dispositivos constitucionais, 209 estão regulamentados, enquanto 142 – entre artigos inteiros, parágrafos e incisos – carecem de regulamentação, o equivalente a mais de 40% da Carta. Dos dispositivos não regulamentados, 62 já têm projetos para regulamentação e 80 ainda estão sem nenhuma proposição nesse sentido.

Por exemplo, na parte referente a direitos e garantias fundamentais, a igualdade de direitos perante a lei entre brasileiros e estrangeiros residentes no país precisa ser regulamentada. Da mesma forma, o item que garante a livre locomoção no território nacional em tempo de paz.

Os senadores e deputados pretendem, com a regulamentação dos dispositivos constitucionais, evitar eventuais invasões de competência por parte do Judiciário, já que, na falta de regulamentação, em muitos casos ainda valem leis da época do regime militar.

Novos cargos para TRTs de Salvador e Goiânia

Presidida por Demostenes Torres (DEM-GO), a CCJ aprovou, por unanimidade, a criação de 539 cargos para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede em Salvador, assim distribuídos: 294 para analista judiciário, 109 para técnico judiciário e 136 funções comissionadas. A criação dos cargos visa atender à demanda gerada por ações trabalhistas na região. O projeto (PLC 65/09) segue agora para votação no Plenário.

Na mesma reunião, a comissão aprovou, também por unanimidade, o PLC 66/09, que cria cinco cargos de juiz vitalício no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, sediada em Goiânia. Atualmente, o órgão funciona com apenas oito magistrados. A proposta também vai para o Plenário do Senado.

Exame coletivo sobre Ministério da Pesca

Um pedido de vista coletivo forçou a CCJ a adiar para a próxima semana a votação do projeto que transforma a atual Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura. A proposta inclui a criação de 286 cargos em comissão para o órgão.

De acordo com o projeto (PLC 61/09) do Executivo – já aprovado pelos deputados –, as atribuições do novo ministério abrangem desde a pesquisa básica para conhecer o comportamento biológico das espécies, e seu limite de exploração sustentável, até o fomento, o ordenamento e a fiscalização do acesso aos recursos pesqueiros. Competirá ainda ao novo órgão melhorar as condições de vida das comunidades pesqueiras.

Estudiosos dizem que impostos elevados são a principal causa da pirataria que afeta a comercialização de mídias eletrônicas no país. Tributos no Rio chegam a 43,25%



Na mesa, Eduardo Jardim (E), Dorian Mazurkevich, senador Flávio Arns, André Luiz Barcellos e José Henrique Werner

Seminário sugere imunidade tributária para CDs e DVDs

O ESTABELECIMENTO DE imunidade fiscal para CDs e DVDs, como forma de combater produtos falsificados vendidos a preços menores, foi uma das sugestões apresentadas ontem durante o seminário A Tributação e a Prática da Pirataria no Brasil. O evento foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em parceria com a Câmara de Comércio Americana (Amcham), do Rio de Janeiro.

A proposta de estabelecimento de imunidade foi apresentada pelo advogado Eduardo Jardim, professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie, de São Paulo. Ele observou que a imunidade já vale para livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, como determina o artigo 150 da Constituição. Para o advogado, poderia ser apresentada uma proposta de

emenda à Constituição incluindo no mesmo artigo o CD e o DVD, dois exemplos de produtos culturais audiovisuais.

Os CDs e os DVDs estão entre os produtos mais pirateados no Brasil, segundo indicou o presidente do Comitê de Propriedade Intelectual da Amcham, Steve Solot. De acordo com ele, a carga tributária sobre esses produtos chega a 43,25% no Rio e a 42,25% em São Paulo.

Nem sempre, porém, a isenção ou diminuição de impostos leva ao barateamento de produtos, segundo demonstrou o secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) do Ministério da Justiça, André Luiz Barcellos. Ele citou o sucesso em relação a computadores, que tiveram vendas aumentadas em 20% ao ano com a chamada MP do Bem, em 2005. O mesmo não ocorreu, porém, com a imunidade tributária

concedida a livros, cujos preços não foram reduzidos.

O presidente da comissão, senador Flávio Arns (PT-PR), pediu que o seminário servisse como um "momento de reflexão" sobre a possibilidade de elaborar um novo marco regulatório para o setor. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) atribuiu a uma questão cultural o aumento da pirataria. Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que medidas de repressão às práticas ilícitas deveriam ser acompanhadas da conscientização dos consumidores.

Participaram ainda do evento o representante do Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos, Dorian Mazurkevich, e o representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual no CNCP, José Henrique Werner, que defendeu penas mais rigorosas a crimes contra a propriedade intelectual.

Medida poderia reduzir preços dos produtos

A isenção tributária poderia levar à redução de até 20% nos preços de CDs e DVDs. A previsão foi feita pelo diretor-geral da gravadora Som Livre, Leonardo Ganem, durante o seminário A Tributação e a Prática da Pirataria no Brasil, promovido pela Comissão de Educação em parceria com a Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro.

Segundo Ganem, o Brasil ocupa a 12ª posição no mundo em termos de faturamento. Mesmo assim, o país teve uma das maio-

res quedas nas vendas ao longo desta década. E o principal culpado, afirmou, é a pirataria. Segundo ele, em 2008 foram adquiridos no país 2,5 bilhões de faixas musicais, dos quais quase 1 bilhão por meio de *download* ilegal na internet. Os CDs piratas têm 26% do mercado, enquanto os legais ficaram com 27%.

A diretora-executiva do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Patrícia Blanco, disse que a alta carga tributária cobrada no Brasil não pode ser aceita como justificativa para o

comércio ilegal pelos cidadãos, que muitas vezes alegam não ver os tributos convertidos em serviços públicos de qualidade.

– Enquanto tivermos essa visão, não vamos sair do círculo vicioso da sonegação – alertou Patrícia.

O advogado Dalton Cesar Miranda pediu que se tome cuidado com o que chamou de "tributação da pirataria", ou seja, com iniciativas de legalização de feiras onde se vendem produtos importados de origem duvidosa.

Senadores realizarão diligências nas prisões de quatro estados

Denúncias de más condições das prisões do Espírito Santo encaminhadas ao presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Cristovam Buarque (PDT-DF), levaram a comissão a decidir, ontem, realizar diligências para apurar as condições do sistema penitenciário brasileiro. Por sugestão do senador Magno Malta (PR-ES), serão visitados os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo, em data ainda a ser marcada.

Magno Malta criticou o fato de as denúncias se restringirem ao Espírito Santo, onde o governo do estado aplicou R\$ 126 milhões na melhoria do sistema carcerário, em contrapartida a R\$ 22 milhões repassados pelo governo federal.

– É preciso ouvir todos sobre o sistema carcerário brasileiro. O meu questionamento é por que o Espírito Santo foi escolhido. Se

realmente precisa de intervenção, ela tem que ser nacional, porque o sistema está falido.

O descaso de governos anteriores com a política de segurança pública, que privilegiava a compra de viaturas policiais em detrimento de investimento nos sistemas prisionais, foi uma das razões destacadas pelo senador como explicação para a falência do sistema.

Magno Malta fez ainda referência a projeto de sua autoria que prevê o monitoramento de presos em regime semiaberto por meio de pulseira ou tornozeleira eletrônica. O texto aguarda votação no Plenário do Senado.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), por sua vez, assinou que a superlotação das penitenciárias gerou, em seu estado, a adoção de penas mais leves e a inserção de presos de menor periculosidade no mercado de trabalho, com monitoramento.



Serys acompanha eleição de Nery e Papaléo à subcomissão contra trabalho escravo

José Nery assume Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo

Os senadores José Nery (PSOL-PA) e Papaléo Paes (PSDB-PA) foram eleitos, por unanimidade, presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. A eleição foi conduzida pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Cristovam Buarque, à qual a subcomissão está vinculada.

– É incrível que 120 anos após a Abolição ainda tenhamos a necessidade de uma subcomissão para erradicar o trabalho escravo, e o senador Nery tem estado nessa luta há algum tempo. A população de escravos não é apenas uma questão racial, que diga respeito apenas aos negros, mas ética, relacionada aos direitos humanos – salientou Cristovam.

José Nery afirmou que a trans-

formação da subcomissão em permanente "multiplica o compromisso" com a tarefa e a luta pela erradicação do trabalho escravo.

Nery também recordou as atividades do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo, que, em 15 anos, já conseguiu livrar 34 mil brasileiros da condição de escravidão, e a criação da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, por iniciativa do Senado.

Já o vice-presidente Papaléo Paes demonstrou-se indignado com a gravidade da situação do trabalho escravo no estado do Pará e com a capacidade de organização das redes envolvidas com sua prática.

– É uma vergonha! É o campeão da prática do trabalho escravo – condenou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Antônio Carlos Valadares

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadora relata sistema que está sendo adotado em Rondônia para proporcionar sustentabilidade a agricultores incluídos em assentamentos

Fátima exalta programa de agricultura orgânica

MELHORAR A QUALIDADE de vida e proporcionar sustentabilidade para agricultores incluídos nos programas de assentamentos de reforma agrária em comunidades de agricultores familiares e quilombolas são os objetivos do Sistema Pais (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), que Fátima Cleide (PT-RO) está ajudando a implantar em Rondônia.

A senadora explicou que cada família participante do Pais recebe um *kit* contendo mangueiras, caixa-d'água, bomba para irrigação, mudas, arame para confecção de cercas e outros instrumentos, no valor de R\$ 3.650. O agricultor deve ter uma área mínima de 5 mil



Produção orgânica é uma das premissas do Pais, voltado também a agricultores familiares e quilombolas, explica Fátima Cleide

metros quadrados com acesso a água para irrigação. Pretende-se que os agricultores plantem

para sua subsistência e ainda comercializem o excedente, garantindo a sustentabilidade



Waldemir Barreto

do programa.

Segundo Fátima Cleide, as premissas do Pais são a agricultura

orgânica e sustentável, a preservação do meio ambiente, a eliminação do uso de pesticidas e de outros produtos tóxicos e o respeito aos recursos naturais. O programa é financiado pela Fundação Banco do Brasil e tem o apoio do Sebrae e do Ministério da Integração Nacional.

– Não se trata apenas de uma horta, do cultivo de alimentos que irão para a mesa da família beneficiada. O Pais é um conjunto de técnicas integradas que garante não apenas a segurança alimentar de agricultores familiares, mas também define a vocação produtiva, gerando trabalho e renda. Os beneficiários recebem treinamento durante cinco dias – destacou.

Marisa Serrano relata viagem a Cuba com líderes do PSDB

Marisa Serrano (PSDB-MS) relatou viagem a Cuba na semana passada em companhia de lideranças do seu partido.

– Foi importante para o PSDB participar. Mostramos a Cuba que estamos prontos a dialogar com qualquer partido de qualquer governo sem, em nenhum momento, deixar de lado nossas convicções – afirmou.

A senadora assinalou que Cuba cresceu muito na área social, de educação e de saúde, mas que a economia do país não se desenvolveu ao longo dos 50 anos que marcam a revolução socialista.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou à senadora que Cuba condena a adoção de



Waldemir Barreto

Marisa: a visita mostrou que o PSDB pode dialogar com todos os países

política de cotas, ao contrário do Brasil. Marisa observou que Cuba preferiu apostar na educação pública, universal e de boa qualidade, em vez de dividir o país em cotas.

Tuma parabeniza profissionais liberais por data

Romeu Tuma (PTB-SP) registrou ontem a passagem do Dia do Profissional Liberal. Ele lembrou que a data coincide, propositalmente, com a criação da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Segundo explicação do senador, a entidade reúne quase 40 federações afiliadas no país, sendo que 322 organizações sindicais possuem registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao parabenizar os profissionais liberais pela passagem do dia dedicado a eles, Tuma afirmou que o trabalhador por conta própria, como define o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é mais do que um profissional.

– Ele é um herói do mercado de trabalho. Como não conta com uma renda fixa todo mês, depende da produtividade e, para isso, não mede esforços – completou o parlamentar.



Moreira Meniz

Senador paulista classifica profissional liberal como herói

Tião Viana pede reforma do sistema político brasileiro

Tião Viana (PT-AC) pediu que o Parlamento se empenhe na reformulação do sistema político brasileiro. Na visão dele, a Câmara, com dificuldades para decidir sobre o assunto de forma abrangente, já sinaliza com a possibilidade de convocação de uma Constituinte para 2011.

– Esse é um tema que me preocupa muito. Temos hoje o Parlamento em franca e grave crise. Uma crise de imagem, uma crise de agenda, uma crise estrutural, e temos que dar uma resposta à sociedade – disse o senador.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) apoiou Tião Viana e defendeu a realização de pressões junto aos líderes para que pos-



Waldemir Barreto

Sem novo sistema, uma Constituinte pode ser convocada, diz Tião Viana

sam ser votados os projetos de reforma política.

– Vamos tomar nas mãos essa decisão para que até setembro possamos votar os projetos essenciais – afirmou Nery.

ACM Júnior: governo “fulmina a popularidade da poupança”

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou ontem o governo pela proposta de mudanças na caderneta de poupança. A seu ver, as vacilações antes do anúncio e a demora em enviar ao Congresso os projetos anunciados “demonstram que o governo oscila entre a perplexidade e a insegurança”.

– As alterações propostas pelo governo criam um sistema ininteligível para pós-graduados, que fulminará a popularidade das cadernetas de poupança – alertou.

Segundo o senador, as propostas contêm inconsistências jurídicas graves, que ferem os princípios constitucionais do direito tributário. E podem, na sua avaliação, gerar uma situa-



Waldemir Barreto

Para senador, propostas sobre cadernetas criam “sistema ininteligível”

ção de perda líquida de receita para o governo, sem nenhum ganho para os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, os quais pagam a remuneração da caderneta, nem para os aplicadores da poupança.

Heráclito quer ajuda a atingidos por rompimento de barragem

Heráclito Fortes (DEM-PI) levou ao Plenário sua preocupação com o rompimento de parte da barragem Algodões II, no município piauiense de Cocal. Ele disse que notícias iniciais dão conta de que a situação é muito grave.

O senador pediu ao governo federal que socorra de maneira imediata e efetiva as famílias que vivem naquela área. Heráclito afirmou que as autoridades já vinham sendo alertadas para os riscos, em consequência das fortes chuvas que atingem a região. No entanto, segundo ele, o governador Wellington Dias (PT), “respaldado em opiniões irresponsáveis de técnicos”, tranquilizara a população.

– Ele não tinha o direito de



Waldemir Barreto

Para Heráclito Fortes, governador do Piauí deveria ter removido as pessoas

enganar a população nessa situação. Não atribuo a responsabilidade total ao governador, porque não é engenheiro. Mas ele não poderia, como governador, tranquilizar a população – reclamou Heráclito.



Gerardo Magalhães

Mão Santa: Judiciário imiscuiu-se e complicou situação já resolvida

Mão Santa lê carta de suplente de vereador em greve de fome

Mão Santa (PMDB-PI) leu carta de um suplente de vereador do município de Itiúba, na Bahia, que se declara em greve de fome até que os senadores votem a PEC Paralela dos Vereadores.

Comentando a situação, Mão Santa afirmou que o Poder

Judiciário se equivocou em sua interpretação sobre o caso.

– Esse problema dos vereadores é uma vergonha. Isso é o que diminui o Congresso. Foi um desrespeito que fizeram ao Poder Legislativo. O Judiciário imiscuiu-se aqui e fez a interpretação mais infeliz da

história da República do Brasil – queixou-se o senador.

Segundo Mão Santa, o debate deixa o ensinamento de que a sabedoria está com o Poder Legislativo. Ele considera que o Poder Executivo tem o dinheiro, enquanto o Poder Judiciário tem o poder punitivo, “cassa,

prende, ameaça”.

– Mas eles se intrometeram na Constituição. O artigo 29 estava bem feito, e a situação dos vereadores estava resolvida. Eles fizeram a maior besteira da história da República. Agora, está ridículo, é um caso mal resolvido – argumentou.

Senadora lembra que restam apenas 7,8% da mata original e que 70% dos brasileiros vivem na área do bioma, indispensável ao abastecimento de água nas grandes cidades



Marina: Mata Atlântica continua a ser devastada

A SENADORA MARINA Silva (PT-AC) aproveitou o Dia Nacional da Mata Atlântica, comemorado ontem, para divulgar estudo que aponta, no período de 2005 a 2008, o desmatamento de pelo menos 102.938 hectares de cobertura florestal nativa. Esse número corresponde a dois terços do tamanho da cidade de São Paulo. A pesquisa é da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os estados onde a situação é mais crítica são Minas Gerais (32.728 hectares desmatados), Santa Catarina (25.953 hectares) e Bahia (24.148 hectares). O Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, publicado pelas duas instituições, revela que Minas Gerais tinha, originalmente, 27.235.854 hectares de Mata Atlântica, que cobriam 46%



Marina Silva divulga estudo: 103 mil hectares desmatados de 2005 a 2008

do seu território; atualmente restam apenas 9,68%. A Mata Atlântica, hoje, está reduzida a aproximadamente 7,8% de sua área original, destacou a senadora.

– Cerca de 120 milhões de pessoas vivem na área do bioma

Mata Atlântica. A qualidade de vida de aproximadamente 70% da população brasileira depende da preservação da cobertura remanescente. Ela mantém nascentes e fontes, regulando o fluxo dos mananciais de água que abastecem as cidades e comunidades do interior, ajuda a regular o clima, a temperatura, a umidade, as chuvas, além de assegurar a fertilidade do solo e proteger escarpas e encostas de morros – afirmou.

A senadora também sugeriu aos demais parlamentares que leiam uma publicação da Embrapa Solos, de 2002, intitulada *Uso agrícola dos solos brasileiros*, de Celso Vainer Manzatto, Elias de Freitas Júnior e José Roberto Rodrigues Peres. O livro trata do uso das terras enfatizando a necessidade de planejamento.

Roberto Cavalcanti pede solução para "salvar" a Gazeta Mercantil

Um apelo às "cabeças pensantes do empresariado e do governo", para que tentem evitar o fechamento do jornal *Gazeta Mercantil*, foi feito por Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

O senador citou reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* segundo a qual a *Gazeta*, fundada em 1920, pode deixar de circular em 1º de junho.

– Busquemos, juntos, impedir o desfecho a que não queremos assistir, como aconteceu com a Varig, outra referência nacional de origem privada – frisou.

Ele disse não querer entrar

nos conflitos que envolvem uma empresa privada, mas salientou que "existem marcas e nomes que superam os estreitos limites formais da condição jurídica".

– Por quase nove décadas, foi o jornal de cabeceira do empresariado brasileiro, o mais importante jornal econômico da América Latina – afirmou Cavalcanti.

A *Gazeta Mercantil*, informou, é controlada pela Companhia Brasileira de Multimídia. O antigo controlador do periódico, Luiz Fernando Levy, comunicou que não pretende reassumir o jornal, que emprega hoje 51 jornalistas.



Cavalcanti: "Por nove décadas foi o jornal de cabeceira do empresariado"

Anúncio publicado na própria *Gazeta* admite que "o usufruto da marca poderia ser concedido a uma entidade sem fins lucrativos organizada pelos funcionários para edição e comercialização do jornal".

Serys registra mobilização de trabalhadores rurais

A manifestação Grito da Terra Brasil, promovida anualmente em Brasília pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi destaque do discurso de Serys Shlessarenko (PT-MT).

A senadora destacou a história do movimento, iniciada em 1995 e com saldo "altamente positivo", em especial pela criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1,5 bilhão para a agricultura familiar.

– Hoje, a linha de crédito do governo federal já está em R\$ 12 bilhões e a meta do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais é atingir o montante de R\$ 20 bilhões. Considero esses valores legítimos e necessários para alavancar a agricultura familiar em nosso



Serys faz balanço dos 15 anos do movimento Grito da Terra Brasil

país – afirmou.

Por sua vez, José Nery (PSOL-PA) lembrou sua atuação nas mobilizações iniciais do movimento no Pará, em 1991, e também ressaltou a necessidade de democratizar o acesso dos agricultores aos recursos dos fundos constitucionais.

Jayme Campos elogia servidores do Senado Federal

Jayme Campos (DEM-MT) protestou em discurso contra a imagem que vem sendo projetada do corpo técnico do Senado por causa dos desmandos de meia dúzia de "delinquentes". Ele afirmou que os funcionários da Casa são competentes e sérios e, ao contrário do estigma infundado que foi espalhado, trabalham muito, com elevada produtividade.

– A despeito de eventuais desvios de conduta de alguns de seus membros ou administradores, que têm de ser exemplarmente punidos, o Parlamento continuará sendo o sustentáculo



Senador afirma que funcionários não podem pagar por erros individuais

da liberdade – disse.

Jayme Campos também registrou o recebimento, na terça-feira, em Brasília, do Prêmio Mérito Legislador 2008, concedido pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb). O prêmio ao senador deu-se em razão do PLS 249/07, de sua autoria, que instituiu o Prêmio Frei Galvão do Mérito Social.

José Nery comemora prisão de acusado de pedofilia no Pará

José Nery (PSOL-PA) demonstrou sua satisfação com a decisão da Justiça do Pará de mandar prender o ex-deputado estadual Luiz Afonso Sefer. Ele é acusado de crimes de violação de direitos de crianças e adolescentes, em especial de uma menina, trazida do interior para a sua casa em Belém, e que lá teria sido submetida a violência durante quatro anos.

Sefer foi preso ontem no Rio de Janeiro.

– Esse fato não deixa de ser importante, sobretudo pela impunidade em que estão envolvidos os crimes contra crianças e adolescentes e contra os mais pobres. Espero que nenhum desembargador ou desembargadora se sintam à vontade para relaxar a decisão concedida em primeiro grau pelo juiz Eric Peixoto – observou Nery, que também comemorou a instalação da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.



Para Nery, detenção de ex-deputado é exceção à impunidade reinante



Paim anuncia que manifestações estão sendo feitas no seu estado

Paim quer mais dinheiro para municípios afetados pela seca no Sul

Paulo Paim (PT-RS) pediu que o governo federal destine mais recursos aos municípios do Rio Grande do Sul afetados pelas recentes secas. Afirmou que os R\$ 20 milhões liberados estão longe de resolver os problemas que vem enfrentando 1 milhão de pequenos agricultores de aproximadamente 250 municípios.

O senador disse que o seu estado receberá "apenas 2,2%" dos R\$ 880 milhões autorizados pela MP 463/09 para amenizar as dificuldades das regiões do Norte-Nordeste (chuvas) e do Sul (secas). Ele observou que, desde terça-feira, vêm ocorrendo manifestações nas regiões afetadas, com o fechamento de rodovias.

Ainda na terça-feira, destacou, cerca de cem prefeituras paralisaram suas atividades em protesto por mais verbas. No próximo dia 4, acrescentou, haverá paralisações nos 496 municípios do Rio Grande do Sul.

Paim salientou que a decisão tomada de deixar para o dia 8 de junho a votação de vetos

sobre reajustes de aposentados "não quer dizer que a causa foi abandonada". Para ele, a data foi escolhida para dar tempo às negociações com os parlamentares. "O presidente [do Congresso, José Sarney] me disse que colocará em votação o veto no dia que quisermos", frisou o senador.